

33º Encontro Anual da Anpocs
GT 24: Marxismo e Ciências Sociais

A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea¹

Fábio Marvulle Bueno e Raphael Lana Seabra²

1.Introdução

O desenvolvimento capitalista mundial presencia, na década de 2000, a consolidação de um conjunto de Estados Nacionais periféricos que passa a se destacar pelo crescente peso econômico e influência política nos planos regional e internacional, chamados inicialmente de “emergentes” e mais recentemente agrupados em torno da sigla BRIC, iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China.

No caso específico do Brasil, o reforço de sua influência regional e internacional assume principalmente as formas de exportação de capitais, aumento da presença de empresas brasileiras no exterior, e uma política externa de maior projeção.

Este quadro vem impulsionando a retomada do debate sobre o subimperialismo como eixo explicativo da maior influência regional brasileira em um número crescente de trabalhos (LUCE, 2008; QUINTELA, 2008; ZIBECHI, 2008; DOMINGUES, 2008; TAUTZ, 2009; GONZALEZ, 2009; SILVA & MELO, 2009; KATZ, 2009; MULLER, 2009; PELLEGRINO, 2009; BORGES, 2009), fato que assume importância significativa devido à urgência em se encontrar instrumentos teóricos que orientem a ação política dos explorados e dominados na conjuntura latino-americana de enfrentamento ao neoliberalismo.

Entretanto, muitos desses trabalhos não só ignoram a origem do conceito na obra do sociólogo Ruy Mauro Marini, mas principalmente esvaziam o subimperialismo de determinações econômicas, políticas e sociais, considerando-o sinônimo de agressividade na expansão externa brasileira, uma dimensão meramente descritiva que prejudica a capacidade explicativa do conceito para o entendimento do Brasil contemporâneo.

¹ Agradecemos encarecidamente aos comentários e críticas feitas por Juliana Amoretti, Roberta Traspadini, Sadi Dal Rosso e Tchella Masso, sem os quais este esforço não seria possível.

² Doutorandos, respectivamente, pelo Instituto de Economia da Unicamp (IE/Unicamp) e Departamento de Sociologia da UnB (SOL/UnB).

O objetivo deste trabalho é retomar a formulação original do subimperialismo na obra de Marini, destacando suas implicações teóricas e sua pertinência como eixo interpretativo da atual fase do capitalismo brasileiro.

Para tanto, após esta introdução, resgataremos a importância da obra de Marini dentro do pensamento social latino-americano, para em seguida esboçarmos um panorama dos principais processos econômicos, sociais e políticos que estão na raiz das novas interpretações subimperialistas. Discutiremos então as dimensões teórico-conceituais do subimperialismo em Marini para então analisarmos sob tal ótica a trajetória da política externa, da composição orgânica do capital e da aliança de classes na história recente do Brasil, seguida das considerações finais.

2. A obra de Ruy Mauro Marini no pensamento social latino-americano

O sociólogo Ruy Mauro Marini³ é reconhecido internacionalmente como um dos mais expressivos representantes do desenvolvimento das Ciências Sociais latino-americanas no século XX, sendo sua obra marcada pela coerência e sofisticação na articulação dos estudos concretos e teóricos sobre a evolução do capitalismo dependente latino-americano, dando origem à Teoria Marxista da Dependência⁴ (TMD). VALENCIA (2002) destaca a importância de Marini na formulação dos conceitos de superexploração do trabalho, subimperialismo, Estados de contra-insurgência e de Quarto poder, reflexões sobre as relações entre democracia e socialismo, além de reinterpretar os esquemas de reprodução de Marx para neles inserir o progresso técnico e destacar a importância da esfera da circulação⁵ no capitalismo dependente.

³ Dirigente, no início da década de 1960, do Política Operária (Polop) no Brasil, na década seguinte integrou o Comitê Exterior do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) no Chile. Participou da fundação da Universidade de Brasília em 1962, sendo professor nesta instituição até 1964, quando foi preso pela ditadura brasileira. Solto por *habeas corpus*, passou à clandestinidade durante alguns meses, até se ver obrigado ao exílio ainda em 1964. Lá, foi professor e pesquisador em diversas universidades prestigiadas como o Colégio del México, Universidade Autônoma do México, Universidade do Chile e Instituto Max-Planck.

⁴ Nas próprias palavras do autor, “sua contribuição decisiva [referindo-se à TMD] para alentar o estudo da América Latina pelos próprios latino-americanos e sua capacidade para, invertendo pela primeira vez o sentido das relações entre a região e os grandes centros capitalistas, fazer com que, em vez de receptor, o pensamento latino-americano passe a influir sobre as correntes progressistas da Europa e dos Estados Unidos” (MARINI, 2005: 134).

⁵ Dando margem a críticas que denominaram Marini de circulacionista. Como adverte OSÓRIO (2004: 140) “há aqui como um problema de método, isto é, a necessidade de partir da circulação de capitais e mercadorias para compreender a vinculação da América Latina ao mercado mundial, se confunde com um

Paradoxalmente, Marini ainda é desconhecido pelo grande público brasileiro, desconhecimento este fruto de quase quatro décadas de censura e silêncio, cujas raízes, segundo MARTINS & VALENCIA (2009), encontram-se no Golpe Militar de 1964, que obrigou Marini ao exílio e apartou o país do enfoque latino-americanista que marcou as ciências sociais da região nas décadas de 1960-70, passando pelo papel cumprido pelo Cebrap – então dirigido por Fernando Henrique Cardoso – que publicou uma crítica de Cardoso e Serra à *Dialética de la Dependencia* sem a resposta de Marini, com o objetivo de desqualificar e fechar as portas das universidades brasileiras a este autor⁶, e chegando à recolonização da intelectualidade latino-americana em meio à intensificação da ofensiva neoliberal na região, consolidando um ambiente acadêmico incompatível com o pensamento de Marini.

Um dos aportes mais significativos de Marini para as Ciências Sociais foi seu esforço na formulação da TMD, originada no Brasil durante os primeiros anos da década de 1960, fruto da reflexão coletiva de intelectuais e militantes que contou, além de Marini⁷, com nomes como Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Após o Golpe de 1964, tal grupo e outros intelectuais e militantes de vários países confluíram para o Chile que, naquele momento, se torna o centro de resistência latino-americano contra as ditaduras (BAMBIRRA, 1983; VALENCIA, 2002; MARINI, 2005). Foi no Centro de Estudos Sócio-Econômicos (Ceso), na Universidade do Chile, um ambiente de permanente diálogo e discussão, que as concepções sobre a TMD puderam ser sistematizadas e elaboradas de maneira mais definitiva. Em sua *Memória*, MARINI (2005) relata que os exílios⁸, antes de comporem uma *privação*, foram uma enriquecedora *descoberta* da América Latina, proporcionando suas maiores contribuições às teorizações sobre a dependência, em *Subdesarrollo y Revolución* de 1969 e *Dialética de la Dependencia* de 1973.

problema de objeto, analisar o ciclo do capital que a partir de tal vinculação se cria na região, e as leis que assume em sua reprodução”. A categoria de superexploração do trabalho causou ainda maiores polêmicas, de maneira que lhe foi atribuída existência em formas pretéritas de capitalismo, confundida com a produção de mais-valia absoluta e até mesmo como “pauperização” (OSÓRIO, 2004: 140).

⁶ A polêmica e o objetivo real da crítica de Cardoso e Serra em “As desventuras da dialética da dependência” é reconhecida tanto por SADER (2000: 9-10), MARINI (2005: 118-119), BAMBIRRA (1983: 286), e MARTINS & VALENCIA (2009: 13).

⁷ “(...) se [André Gunder] Frank constitui o ponto mais alto no trânsito da dependência ao marxismo, Marini funda a teoria marxista da dependência” (OSÓRIO, 2004: 141).

⁸ O primeiro no México 1964-1969; o segundo no Chile 1969-1973; e, o terceiro novamente no México 1973-1984.

Segundo BAMBIRRA (1983), a motivação imediata para o surgimento da TMD foi o intento de superar duas grandes interpretações do processo de desenvolvimento no subcontinente: de um lado, as teorizações sobre o feudalismo latino-americano e a estratégia da aliança de classes e da revolução por etapas dos Partidos Comunistas daquele período, e de outro lado, as teses desenvolvimentistas formuladas pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), apoiadas na i) ruptura com as teorias do comércio internacional que defendiam a especialização produtiva apoiada nas vantagens comparativas e ii) na busca da industrialização por substituição de importações. A exigência de superação residia na profunda crise estrutural do capitalismo dependente na América Latina que se manifesta de modo incontrovertível a partir da década de 1960 (BAMBIRRA, 1983; MARINI, 1992; OSÓRIO, 2004).

O debate sobre o status da Teoria da Dependência

Motivações políticas⁹ distintas ensejaram diferentes enfoques na Teoria da Dependência. Naquele momento, o Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), organismo dependente da Cepal e criado em 1962, se torna o espaço principal para enfoques da Teoria da Dependência alternativos ao dos marxistas, onde a obra de Fernando H. Cardoso e Enzo Falleto *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicada em 1969, adquire uma de suas primeiras expressões (OSÓRIO, 2004: 133).

Mesmo com as análises da dependência superando muitas das limitações das interpretações anteriores, pouco se avançou na elaboração de leis econômicas capazes de explicar as especificidades do capitalismo dependente até *Dialética da Dependência*. Com isso, BAMBIRRA (1983: 35) e OSÓRIO (2004: 136) defendem que esta corrente

⁹ DOS SANTOS (2000: 26-29) aponta uma série de divisões e subdivisões dentro dos estudos da dependência. Sua síntese sugere divisões – não necessariamente consensuais – entre autores reformistas, não-marxistas, neomarxistas e marxistas ortodoxos. De modo semelhante, Ronald Chilcote, ao somar à temática da dependência as discussões entre *desenvolvimento e subdesenvolvimento*, sugere a divisão entre autores reformistas e revolucionários. Para o último, ambas as linhas intelectuais “interpretavam o subdesenvolvimento como uma consequência da dependência, e esta para eles era um reflexo do capitalismo que dominava a periferia”. Porém, apesar do reconhecimento geral da utilização do método de análise marxista, mesmo para aqueles provenientes de outras linhas de pensamento, existem enfoques diferenciados e inclusive opostos. “Autores reformistas tendiam a não enfatizar a luta de classes em suas análises, (...) embora muitos deles usassem categorias de classe como burguesia e proletariado, burguesias nacional e internacional ou imperialista. Contrariamente, todos os autores revolucionários referiam-se a essas e a outras categorias de classe” (CHILCOTE, 1983: 111-112).

intelectual incorreu em descompasso entre orientação política e construção teórica, apresentando mais no *plano político* que propriamente no *plano teórico*.

O citado descompasso, aliado a motivações políticas distintas nas correntes da Teoria da Dependência, levou alguns intelectuais a negar à dependência o *status* de teoria. Ainda no calor do debate e construção da dependência enquanto teoria, CARDOSO (1970:31-41) defendia que “não [era] possível pensar numa ‘teoria da dependência’. Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional”. Assim, “não falamos da dependência em geral, mas de *situações de dependência*”. Ainda segundo este, “a razão para isto é óbvia: não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação etc.. A idéia de dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo” (CARDOSO, 1979:378).

Na questão do tratamento de *situações concretas de dependência* em detrimento de uma *teoria própria sobre a dependência*, concordamos com VALENCIA (2002: 14) de que “não existe uma rigidez que adote a exclusão entre a teoria e os estudos de dependência, senão que, pelo contrário, [é] na existência de uma flexibilidade e articulação” entre ambas considerações – como veremos posteriormente nas reflexões de Marini – que a teoria da dependência, “não exclui, senão integra, os níveis abstrato e concreto que os críticos não querem reconhecer”.

Tanto é assim que a TMD não concorre *obviamente* na direção de uma teoria do modo de produção capitalista, nem tampouco do “modo de produção capitalista dependente”. No primeiro caso, isso foi feito por Marx e, no segundo, isto não existe. A dependência assume *status de teoria* mediante o “estudo das formações econômico-sociais capitalistas dependentes, vale dizer, a análise a um nível de abstração menor, capaz de captar a combinação específica dos modos de produção que coexistiram na América Latina sob a hegemonia do capitalismo” (BAMBIRRA, 1983:26). Marini complementa essa linha de raciocínio, destacando que, mesmo nos autores mais tíbios, “a teoria da dependência levava a descartar a noção do desenvolvimento capitalista autônomo, cara aos ideólogos cepalinos, e a considerar que a dependência não poderia ser superar nos marcos do capitalismo” (MARINI, 1992: 89).

Síntese da Teoria Marxista da Dependência de Marini

O conceito de *dependência* é definido por Marini “como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000:109). Nestes termos, a teoria tem como objeto a “forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano”, levando em consideração que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 1974:3; 2000:106).

Após o primeiro quarto do século XIX, com o desfecho dos processos de independência latino-americana, consolida-se a integração latino-americana ao mercado mundial, reservando a esta a especialização na produção de alimentos e matérias-primas industriais que atende ao desenvolvimento da grande indústria nas economias centrais. De tal perspectiva, a América Latina ajuda a contra-arrestar as tendências da queda da taxa de lucro nas economias desenvolvidas, reduzindo o valor real da força de trabalho nos países industriais e o valor do capital constante (MARINI, 2000:115).

O comércio entre nações e o esquema da divisão internacional do trabalho baseado na especialização produtiva, cabendo a produção de manufaturas aos países industriais e de matérias-primas aos países dependentes, estabelece um *intercâmbio desigual* desfavorável às economias latino-americanas, que transfere parte do valor aos países industriais. Incapaz de conter a transferência de valor da periferia para o centro em nível das relações de mercado, o capitalismo dependente encontra a solução pelo recurso a uma maior exploração do trabalho – definida conceitualmente como *superexploração do trabalho*¹⁰ –, no intuito de incrementar a *massa de mais-valia* e constituir um fundo que o capital se apropria para compensar, em parte, as transferências de valores às economias dos países centrais.

¹⁰ Segundo MARINI (2000:160), “a superexploração do trabalho se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real”, ou seja, abaixo do equivalente ao tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho. Cabe destacar que para BAMBIRRA (1983: 69-70) “o grande aporte de Marini à teoria da dependência foi ter demonstrado como a superexploração do trabalho configura uma lei de movimento própria do capitalismo dependente”.

A especificidade da economia capitalista latino-americana decorre das exigências da circulação capitalista, de maneira que sua “produção não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo” (MARINI, 2000:132). Apoiada estruturalmente na superexploração, o ciclo de reprodução ampliado do capital nas economias dependentes tem em sua raiz o *divórcio entre produção e circulação internas*, ou seja, nada menos do que o crescente divórcio entre o aparato produtivo e as necessidades de consumo da ampla população (OSÓRIO, 2004), expondo, conforme as considerações de MARINI (2000: 149), o *segredo da acumulação dependente*.

A industrialização experimentada nas primeiras décadas do século XX cria seu próprio ciclo de reprodução. Mesmo vislumbrando a aparente possibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo, a industrialização, antes de solucionar as contradições herdadas da economia exportadora, radicaliza o corte entre as esferas de circulação em novas bases: a *alta*, própria do consumo das classes burguesas e médias e a *baixa*, que configura o consumo das classes trabalhadoras (VALENCIA, 2002). De um lado firma-se o monopólio das indústrias de bens suntuários e sua associação com o capital estrangeiro, por outro lado, o recurso à tecnologia externa e o aumento da produtividade do trabalho aprofundam a superexploração do trabalho e estrangulam ainda mais a capacidade interna de consumo. A “solução” imediata é ressurgir o modelo da velha economia exportadora, agora em base industrial, para “centrar parcialmente a circulação *sobre o mercado mundial*. A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte então, na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam” (MARINI, 2000: 150).

No entanto, com a nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) do pós II Guerra Mundial, se alteram não somente a relação dos países latino-americanos com os países imperialistas, no sentido da transferência de algumas etapas da produção industrial para a periferia, reservando aos centros as etapas mais avançadas e o controle da tecnologia correspondente. Mas altera-se substancialmente a relação entre os próprios países latino-americanos, de maneira que se estabelecem hierarquias entre os países da região, conforme o nível de industrialização e o ramo de produção que desenvolveram ou estão em condições de desenvolver, e se nega aos demais o acesso a tais tipos de possibilidades, convertendo-os em simples mercados consumidores. “As características próprias do sistema fazem que este intento de racionalizar a divisão internacional do

trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associados à metrópole para explorar aos povos vizinhos” (MARINI, 1974:22). Ou seja, nos deparamos com o conceito de *subimperialismo* como uma modalidade da dependência e não como traço ou tendência geral dos países dependentes.

3. A expansão brasileira nos anos 2000: as bases empíricas para a retomada da interpretação subimperialista

O crescente número de trabalhos que interpretam o Brasil contemporâneo por meio do subimperialismo compartilha o diagnóstico comum do aumento da influência regional e internacional brasileira originado em mudanças econômicas e políticas recentes no capitalismo brasileiro, mas geralmente se prendendo a descrição pontual de uma ou outra mudança, não avançando em direção a uma visão de conjunto e muito menos de suas possíveis causas e desdobramentos.

Quais seriam as mudanças mais destacadas pelos trabalhos que retomam o subimperialismo no capitalismo brasileiro?

No plano econômico, tais trabalhos costumam sublinhar a exportação de capitais na forma das multinacionais brasileiras, uma importante mudança no padrão de internacionalização da economia brasileira captada pelo exame da Tabela 1, que mostra os fluxos acumulados, nas últimas décadas, de algumas rubricas do Balanço de Pagamentos.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a forma privilegiada de incorporação brasileira ao mercado internacional era a de exportação de mercadorias (de US\$ 15,9 bi nos anos 60 para US\$ 254,9 bi nos anos 80) e a tomada de empréstimos externos (rubrica Outros Investimentos Estrangeiros, com auge, nos anos 70, de US\$ 47,6 bi).

Este padrão muda radicalmente nos anos 90, quando ocorre um reforço da integração brasileira ao imperialismo, marcado pela inserção nos mercados financeiros internacionais, apoiado i) em um aumento da presença do capital estrangeiro na modalidade direta (US\$ 99 bi, aumento de 4,8 vezes o montante observado na década anterior) e carteira (US\$ 151 bi, aumento de 69,3 vezes o montante observado na década anterior), e ii) na exportação de capital brasileiro na forma de moedas e depósitos (contemplado nos US\$ 53,6 bi da rubrica Outros Investimentos Brasileiros) e aplicação

em títulos (US 4 bi na modalidade de Carteira, montante 80 vezes mais que o observado na década de 1980).

Tabela 1 Balanço de Pagamentos - itens selecionados

	Fluxos acumulados US\$ bi					Crescimento			
	1960	1970	1980	1990	2000*	70	80	90	2000
	A	B	C	D	E	B/A	C/B	D/C	E/D
Exportações	15,9	82,6	254,9	427,3	957,9	4,2	2,1	0,7	1,2
Investimento Direto Brasileiro - IDB	-	-0,9	-2,2	-9,2	-70,8	-	1,6	3,1	6,7
Investimento Brasileiro em Carteira	-	-	-0,1	-4,2	-3,0	-	-	80,0	-0,3
Outros Investimentos Brasileiros	-0,7	-4,5	1,8	-53,6	-61,9	5,7	-1,4	-31,3	0,2
Investimento Direto Estrangeiro - IDE	1,4	12,7	17,2	99,2	213,6	8,2	0,4	4,8	1,2
Investimento Estrangeiro em Carteira	0,1	3,4	-2,2	151,3	68,9	63,9	-1,6	69,3	-0,5
Outros Investimentos Estrangeiros	2,6	47,6	37,1	-15,0	28,3	17,1	-0,2	-1,4	2,9
Memo									
Média da Taxa de variação real do PIB	5,4	8,8	3,0	1,7	3,7	1,6	0,3	0,6	2,2
Média da Taxa de variação real da FBKF	-	10,1 [#]	0,4	0,7	5,0	-	0,0	1,7	6,9

Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE (*) 2000 a 2008 (#) 1971 a 1979 FBKF - Formação Bruta de Capital Fixo
Para os investimentos brasileiros no exterior, os valores negativos indicam que a saída de investimentos superou a repatriação.

A década de 2000 intensifica as formas de integração da burguesia brasileira ao mercado internacional presentes na década anterior, mas com uma importante alteração: o aumento da exportação de capitais por meio dos Investimentos Diretos Brasileiros – IDB (montante de US\$ 70 bi, correspondente a 6,7 vezes o valor dos anos 90), mostrando uma participação pequena, mas crescente, no total mundial dos investimentos diretos (0,1% em 1970 passa para 2,3% em 2006 - Tabela 2).

Tabela 2
Participação do IDB em anos selecionados (em %)

	1970	1980	1999	2000	2005	2006
Mundo	0,1	0,7	0,3	0,2	0,3	2,3
Países em desenvolvimento	27,5	11,6	5,2	1,7	2,2	16,2
América do Sul	70,6	87,3	56,2	28,9	21,1	76,8

Fonte: RIBEIRO & LIMA (2008:7)

Isto mostra que a burguesia brasileira passa a se internacionalizar não apenas pelo comércio e finanças, mas também pelo âmbito produtivo, e com duas importantes características: o peso crescente da América do Sul como destino do IDB, conforme as Tabelas 2 e 3 (nesta última, destaque para os valores na Bolívia, Equador e Peru); e a

expansão das multinacionais brasileiras, analisada mais detalhadamente nas próximas seções, como a forma concreta privilegiada do aumento do volume do IDB.

Tabela 3 - Investimento Direto Brasileiro – países selecionados

País	Variável	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Bolívia	US\$ milhões	72	182	61	18	10	-	-
	% no total do IDE para o país	8,2	18,2	10,8	4,1	2,2	-	-
Chile	% no total do IDE para o país	0,4	0,3	0,5	-0,3	1,1	1	2,7
Colômbia	US\$ milhões	1	10,5	0,8	7,5	8,2	19,5	556
	% no total do IDE para o país	0	0,5	0	0,2	0,1	0,3	5,9
Equador	US\$ milhões	-	18,6	4,8	189	288	368	140
	% no total do IDE para o país	-	2,4	0,6	22,5	58,4	136	26,4
Peru	US\$ milhões	49,8	51,2	54	269	302	263	338,2
	% no total do IDE para o país	0,3	0,4	0,3	0,3	1,8	2,2	2,2

Fonte: elaboração própria a partir de RIBEIRO & LIMA (2008:13), GOMÉZI (2008), REINOSO (2008), LANDIVAR (2008), GONZALO (2008);

Outra mudança enfatizada pelos trabalhos recentes que retomam a interpretação subimperialista, desdobramento da internacionalização da burguesia brasileira, é o aumento dos conflitos envolvendo as multinacionais brasileiras em países da América do Sul, a exemplo dos embates do movimento campestino com empresários do agronegócio brasileiro que cultivam soja em terras paraguaias e bolivianas; a nacionalização da exploração de petróleo e gás natural na Bolívia, envolvendo a Petrobrás; e a recente expulsão da Construtora Odebrecht do Equador.

Outra mudança muito destacada nestes trabalhos é a orientação da política externa brasileira buscando maior destaque e projeção internacional, cujos marcos são i) a decisão de perseguir assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas - ONU e ii) o envio e comando das tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti desde 2004, trazendo o desdobramento de um reforço da política militar no Brasil, a) não só pela divulgação do Plano Nacional de Estratégia de Defesa que incentivará a indústria bélica do Brasil (CAVAGNARI FILHO, 2009; BAVA, 2009) e aumentará os recursos orçamentários destinados as Forças Armadas (DECAT, 2009), mas b) pelo constante aumento do efetivo militar e do uso de manobras e treinamentos militares perto das fronteiras com o objetivo de intimidar países vizinhos, a exemplo do ocorrido na fronteira com o Paraguai (GONZALES, 2009:6).

Se a confluência temporal entre a exportação de capitais via IDB e uma nova orientação de política externa indicam uma substancial mudança de qualidade no

capitalismo brasileiro, e constitui-se a justificação empírica para o resgate do conceito de subimperialismo como eixo de interpretação do Brasil contemporâneo por um crescente número de autores e trabalhos, surgem aqui duas questões cruciais: o conceito de subimperialismo, em Marini, consegue explicar satisfatoriamente esses processos? Os novos elementos do capitalismo brasileiro invalidam ou reforçam a formulação original de Marini?

4. Para uma Teoria ou Conceito do Subimperialismo?

As interpretações subimperialistas não referenciadas na formulação de Marini costumam incorrer em alguns tipos de equívocos, como não contemplar o conjunto e as possíveis causas das mudanças no capitalismo brasileiro contemporâneo, bem como usar o subimperialismo como mero recurso descritivo para sublinhar a agressividade da expansão externa brasileira, insinuando muitas vezes o embasamento em uma teoria que nunca é explicitada ou discutida.

Também é comum encontramos a prática de apartar o subimperialismo da *teoria* da dependência, chegando mesmo a afirmar o *conceito* subimperialismo como *teoria* própria e dissociada da *dependência*, contrariando o sentido, as determinações e os aspectos elementares da elaboração original de Marini, principalmente a impossibilidade de um desenvolvimento capitalista *autônomo*. Em síntese, é *dependente* e subimperialista ou é *autônomo* e imperialista, não havendo meio termo possível sem representar uma *contradição em termos*.

Outro equívoco é a equiparação do subimperialismo ao imperialismo. Mesmo destacando um mesmo conjunto de fenômenos (importância da exportação, controle de fontes de matérias-primas e influência em outros países), existe uma relação¹¹ de determinação do segundo sobre o primeiro. Enquanto o imperialismo designa uma *teoria* sobre uma época do capitalismo em que prevalecem o capital financeiro e os monopólios sobre o conjunto da economia (LENIN, 1977), o subimperialismo refere-se a uma *dinâmica específica* que as economias dependentes *podem assumir* quando são

¹¹ “(...) a teoria leninista do imperialismo (...) é um ponto obrigatório de referência para o estudo do subimperialismo, mas não pode ser invocada para impedir que esse estudo, se leve a cabo. E não o pode, entre outras razões, porque está referida ao imperialismo, não ao subimperialismo” (MARINI, 1974: XVI).

integradas ao imperialismo em uma Divisão Internacional do Trabalho¹² que as alce a “*la etapa de los monopolios y el capital financiero*” (MARINI, 1977a:17), possibilitando a ascensão na escala mundial da composição orgânica do capital e a busca uma hegemonia regional.

Tais deficiências teóricas são superadas quando resgatamos a formulação do subimperialismo em Marini, a qual permite integrar as especificidades do capitalismo dependente, no geral, ao desenvolvimento capitalista brasileiro, em específico.

Em Marini, o subimperialismo¹³ denota uma dinâmica específica e interligada da economia, das classes sociais e da política externa no capitalismo dependente, que fundamentam o aumento do peso político e econômico do Brasil nos planos regional e internacional.

No subimperialismo, a política externa é marcada pelo “*ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma*”, a qual “*no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional*” (MARINI, 1974:17). A forma específica dessa política externa é a *cooperação antagônica* (MARINI, 1974; 1977a) com os centros imperialistas, cujo cerne é a coexistência entre uma ativa e estreita colaboração com os EUA na implementação da estratégia geopolítica de estabilização da América Latina, por meio de uma influência brasileira sobre países vizinhos, e frequentes choques pontuais com os EUA, não para questionar a estratégia estadunidense, mas para conseguir barganhar maiores vantagens e espaços para o Brasil.

Teoricamente, a idéia de cooperação antagônica em Marini sintetiza, de um lado, o *projeto hegemônico* do centro imperialista que pode requerer ou não colaboradores locais, e de outro, a presença de *experiências políticas contestadoras* da hegemonia estadunidense¹⁴ na região, entendidas como processos políticos nacionais que buscam

¹² Segundo MARINI (1974: 22; 1977a: 8), o imperialismo gera “uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação – que são também potências capitalistas medianas –, o que nos tem levado a falar da emergência do subimperialismo”.

¹³ MARINI (1992:151) alerta que o subimperialismo não pode ser confundido com “um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma evolução do capitalismo dependente”, no sentido de um desenvolvimento do capitalismo autônomo ou da superação da relação de dependência.

¹⁴ Nas palavras de MARINI (1974:18), “*Las condiciones políticas se relacionan con la respuesta del imperialismo al paso de la monopolaridad a la integración jerarquizada, que ya mencionamos, y más específicamente su reacción ante la revolución cubana y el ascenso de masas registrado en América Latina en la década pasada*”.

maior autonomia em relação aos EUA, os quais abrem objetivamente espaço para o ativo apoio do centro subimperialista à estratégia norte-americana.

Já a economia dos países subimperialistas é marcada pelo alcance de “*una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales*” (MARINI, 1974:XII/XIII; 1977b) e uma organização monopolista dos principais ramos da economia.

Em uma economia dependente com mercado consumidor interno restringido pela superexploração do trabalho, o aumento da composição orgânica e a conseqüente ampliação da massa de valores colocada em movimento implicam em um entrave na realização desses valores, o que impele a economia subimperialista à busca de mercados externos como um dos expedientes¹⁵ para contornar o problema.

A trajetória da composição orgânica do capital corresponde, teoricamente, à interação entre o ritmo de acumulação e a incorporação de progresso técnico, ambas refletidas nas taxas de investimento e de crescimento de um país. Marini propõe que a escala internacional da composição orgânica pode ser aproximada pela participação do produto industrial no PIB (1974:XIX; 1977:18), cuja trajetória nos parece refletir de forma razoável o comportamento da composição orgânica.

Um terceiro e importante elemento do subimperialismo é a situação da luta de classes e o caráter das alianças burguesas no bloco dominante¹⁶. Ao analisar o golpe cívico-militar de 1964, MARINI (1974:18) apontava que “*el subimperialismo brasileño no es sólo la expresión de un fenómeno económico. Resulta en una amplia medida del proceso mismo de la lucha de clases en el país y del proyecto político, definido por el equipo tecnocrático-militar que asume el poder en 1964, aunados a condiciones coyunturales en la economía y la política mundiales*”. Ou seja, a conjuntura da luta de classes desfavorável aos trabalhadores e o projeto político das frações da burguesia em

¹⁵ Outros expedientes, segundo MARINI (1974, 1977a e 1977b), são os gastos estatais e a expansão da produção e consumo de bens santuários.

¹⁶ A análise das relações entre as classes sociais é parte do método utilizado por Marini, não se restringido ao conceito de subimperialismo. A seguinte passagem nos parece emblemática neste sentido: “*Sin un análisis de la problemática brasileña, de las relaciones de fuerza allí existentes entre los grupos políticos, de las contradicciones de clase que se desarrollaban con base en una configuración económica dada, no se comprenderá el cambio que experimento a partir de 1964. Peor que esto, no se podrá relacionar ese desarrollo político con la realidad económico-social que se encuentra en su base, ni estimar las perspectivas probables de su evolución*”. (MARINI, 1974:26 e 27)

torno da busca de mercados externos são a base sobre a qual a dinâmica subimperialista se assenta.

Importante notarmos que as dimensões econômica, política e social específicas do subimperialismo pressupõe a importância da intervenção estatal, pois é em função dela que se torna possível “fundamentar o projeto, não de uma estrutura subimperialista, senão de uma *política* subimperialista” (MARINI, 1974:21), seja por intermediar a política externa de cooperação antagônica¹⁷, seja por influir na luta de classes contra os trabalhadores, seja ainda por atuar na resolução dos problemas de realização das economias dependentes.

A caracterização das especificidades do subimperialismo impõe a discussão do caráter estrutural ou histórico-contingente do mesmo. Para MARINI (1974:22), “*más allá de ser una categoría analítica, el subimperialismo es un fenómeno histórico y, en tanto que tal, su estudio exige el examen detenido de su proceso de desarrollo*”. Ou seja, dentro do conjunto das economias dependentes, poucas alcançam condições para a dinâmica subimperialista, e mesmo nelas, tal dinâmica não está definida ou garantida *a priori*, pois o desenrolar da economia e da política internacional podem sujeitar as economias dependentes a condições que impossibilitem a dinâmica subimperialista¹⁸, reforçando seu caráter histórico-contingente, a exemplo do caso brasileiro nas duas últimas décadas do século XX, analisado na próxima seção.

Uma vez delineado que o subimperialismo, na formulação de Marini, responde simultaneamente ao caráter do projeto imperialista e à presença de processos nacionais

¹⁷ “*nos encontramos con el hecho de que las burguesías dependientes se encuentran ligadas con la burguesía internacional y cada vez más integradas con ella. Esa ligazón y creciente integración no excluye, sin embargo, la diferenciación —y, en ciertos casos, incluso la oposición— de sus intereses respecto a esta última, fenómeno que se designa mediante la categoría de “cooperación antagónica”. Las burguesías (...) nativas, aun cuando optan conscientemente por su integración con la burguesía imperialista, tienen que apoyarse en el Estado, en tanto que instrumento de intermediación capaz de llevar a cabo este proceso sin que ello implique la destrucción pura y simple de la burguesía nativa. En esta calidad, actuando como intermediario en el proceso de convergencia de la burguesía dependiente con la burguesía imperialista, el Estado ve acentuarse (...) su capacidad de acción respecto a la economía dependiente.*” (MARINI, 1977b).

¹⁸ Em MARINI (1974), o autor desenvolve sua análise já apontando para a necessidade de incorporar as novas condições do capitalismo mundial da década de 1970 como determinantes para o subimperialismo brasileiro: “*nos parece útil, sin embargo, indicar que la nueva crisis capitalista, en cuyo seno nos encontramos, constituye un punto de referencia obligado para el mismo. En este sentido, habría que dedicar particular atención a los dos planteamientos globales con que Estados Unidos ha tratado de hacerle frente a la crisis (...). Es en ese contexto como se puede entender la dinámica subimperialista de Brasil en los últimos cinco años y, en particular, los márgenes de acción con que cuenta el Estado brasileño para llevar adelante su proyecto.*” (MARINI, 1974: 22)

que o contestem, à elevação da composição orgânica do capital na economia, à correlação de forças na luta de classes e ao caráter das alianças na burguesia, podemos avaliar a capacidade explicativa do conceito para o Brasil contemporâneo.

5. A trajetória histórica do subimperialismo brasileiro

O caminho que propomos para avaliar a interpretação subimperialista do Brasil é a construção de uma síntese histórica da economia, das alianças de classe e da política externa brasileira, resgatando os parâmetros e abordagens utilizadas por Marini e estendo-as para hoje, não só confrontando a pertinência da interpretação, mas apontando as modificações ou atualizações teóricas necessárias para o conceito.

Política Externa de Cooperação Antagônica

Nas décadas de 1960 e 1970, os EUA seguiam a diretriz de contenção da “ameaça comunista” na América Latina, apoiado na disseminação da Doutrina de Segurança Nacional¹⁹, a qual justificava o apoio a uma seqüência de golpes militares pelo continente, emplacando governos aliados que combatessem as experiências de contestação à hegemonia dos EUA (socialismo cubano, peronismo argentino, experiência chilena de Allende, etc.), com o intuito de manter a ordem econômica e social *estabilizada* nos marcos do capitalismo dependente.

Segundo Marini, a estratégia imperialista e os projetos políticos de contestação da conjuntura permitiam uma política externa brasileira subimperialista²⁰ de cooperação antagônica sobre vários países da América do Sul e África, tanto apoiando os golpes militares do Chile, Bolívia e Uruguai (MARINI, 1974:XXI/XXII), como aumentando as exportações para essas regiões (MARINI, 1974:XIII).

¹⁹ A essência da Doutrina foi o combate de todo e qualquer elemento de contestação, seja da via capitalista adotada na América Latina, seja do capitalismo em si, identificando-os como inimigos internos representantes da “ameaça comunista”.

²⁰ “*Es natural que, sobre la base de esa dinámica económica, Brasil ponga en práctica una política de potencia. Pero reducir el subimperialismo a esta dimensión y pretender remplazar el concepto mismo de subimperialismo por el de subpotencia (...) no permite entender el papel que desempeña hoy día Brasil en el plano internacional. El subimperialismo brasileño implica una política de subpotencia; pero la política de subpotencia que practica Brasil no nos da la clave de la etapa subimperialista en que éste ha entrado*” (MARINI, 1977a:21/22).

A estratégia imperialista para a América Latina sofre uma drástica mudança nas duas últimas décadas do século XX. MARINI (1992) argumenta que a política imperialista estadunidense acentuaria “*com Reagan, sua vocação nacionalista, postulando a reconquista de sua hegemonia internacional, sem levar em conta os interesses dos seus sócios*” (MARINI, 1992:21). Ou seja, perdia força a definição estratégica de sustentação de parceiros regionais, reforçada por uma mudança na Divisão Internacional do Trabalho que instaurava na América Latina um processo de mudança econômica que Marini chama de reconversão produtiva²¹.

Pela ótica das experiências de contestação à hegemonia norte-americana, o final do século XX presencia, após a Revolução Sandinista de 1979, o encerramento das experiências revolucionárias iniciadas pela Revolução Cubana de 1959. O grande marco de contenção foi a Crise da Dívida Externa dos anos 80, que acentuou a subordinação dos países da América Latina aos centros imperialistas por meio dos programas de ajustes do Fundo Monetário Internacional.

Este contexto de mudança da estratégia imperialista e de eclosão da Crise da Dívida que colocava a negociação com os credores internacionais no centro da agenda da política externa, combinados com um momento de ascenso das lutas de massas no Brasil, acabava por eliminar as bases objetivas para a continuidade de uma política externa de cooperação antagônica e, conseqüentemente, da dinâmica subimperialista vigente nas duas décadas anteriores.

A impossibilidade da cooperação antagônica manteve-se na década de 1990, sob um novo contorno que não alterava o sentido dos processos iniciados na década de 1980: a estratégia imperialista buscava agora a implementação de políticas neoliberais de privatização, liberalização financeira e comercial, codificadas no Consenso de Washington, complementadas com a “redemocratização” da América Latina sob a batuta de governos neoliberais alinhados eleitos, sedimentando o isolamento da contestação à

²¹ “no sentido de fomentar o modelo exportador (...) que não apenas respeite o princípio da especialização, segundo as vantagens comparativas, mas abra maior espaço ao livre jogo do capital, reduzindo a capacidade intervencionista do Estado. Na perspectiva desse projeto neo-liberal, começa a desenhar-se o futuro que o capitalismo internacional reserva à região: uma América Latina integrada ainda mais estreitamente à economia mundial, mediante a sua transformação em economia exportadora de novo tipo, ou seja, uma economia que, ao lado da exploração mais intensiva de seus recursos naturais, redimensione a sua indústria para torná-la mais competitiva no mercado exterior e complementar a produção industrial dos grandes centros” MARINI (1992:16/17).

hegemonia norte-americana apenas à Cuba e não recolocando a necessidade de parceiros estratégicos.

A ausência da política externa de cooperação antagônica na década de 1990 é reforçada por LUCE (2008:30/33), que argumenta pela vigência de uma orientação de política externa baseada em concessões unilaterais e alinhamento automático à posição dos EUA.

Já a década de 2000 apresenta um novo quadro político no qual se desenrolará o projeto imperialista estadunidense para a América Latina. Os efeitos negativos advindos do projeto neoliberal na América Latina durante toda a década de 1990 – aumentos do desemprego, da pobreza e da desigualdade de renda – impulsionaram novos governos progressistas que passam a buscar maior autonomia em relação à influência norte-americana, como nos casos de Paraguai (Fernando Lugo), Bolívia (Evo Morales), Venezuela (Hugo Chávez) e Equador (Rafael Correia). De outro lado, os EUA com George W. Bush inaugura uma estratégia de não reconhecer fronteiras para defender seus interesses, valendo-se de ataques e intervenções militares preventivos contra ameaças futuras e de Tratados de Livre Comércio no âmbito econômico (FOSTER, 2006).

A volta do elemento contestador do imperialismo estadunidense na América Latina abre novamente espaço para que o Brasil retome a cooperação antagônica com os EUA. LUCE (2008:33/55) desenvolve uma interessante discussão sob este prisma, analisando os principais fatos de política externa do Governo Lula entre 2003 e 2007, a partir da ótica do alinhamento ou não aos interesses norte-americanos, e encontra fortes elementos para defender a volta da orientação de cooperação antagônica brasileira.

Segundo LUCE (2008), os conflitos pontuais da política externa do governo Lula entre 2003 e 2007, visando maior autonomia, estariam ligados a i) priorização das políticas de parcerias Sul-Sul, ii) ênfase no MERCOSUL, iii) criação de um bloco sul-americano de países, iv) protagonismo em fóruns multilaterais como o G-20, e v) busca de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Já na colaboração com o projeto estadunidense ocorreria i) através da atuação do Brasil na busca da estabilização política da América do Sul, a exemplo do papel de mediador das crises internas do Paraguai, Venezuela, Equador, Bolívia e Haiti, além da crise bilateral entre Equador e Colômbia; e ii) apoio a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA e o acordo de livre comércio com a ALADI, dando forma a Área de Livre Comércio da América do Sul - ALCAS.

Alianças no bloco dominante

Interessa-nos retomar a análise de MARINI (1974:27) sobre a luta de classes no Brasil a partir da política de compromisso do Estado Novo em 1937, quando a burguesia se estabiliza no poder em estreita associação com os latifundiários e velhos grupos de comerciantes. Tal aliança entra em crise a partir da década de 1950, momento do início da industrialização pesada, transformando a complementaridade, até então observada entre industrialização e exportação, em contradição, em meio a fortes mobilizações populares²² em torno da bandeira das Reformas de Base.

Não só a manutenção de uma política de cambio desvalorizado opunha os interesses das duas frações, mas os setores exportadores já não provinham divisas no montante suficiente para a continuidade do processo de industrialização (MARINI, 1974:31). O desenrolar desse conflito foi que *“a burguesía aceptaba el suministro de divisas necesarias a la superación de esa crisis por parte de los grupos extranjeros, concediéndoles a cambio una amplia libertad de ingreso y de acción y renunciando, por lo tanto, a la política nacionalista que se había esbozado con Vargas”* (MARINI, 1974:33).

A aliança entre a burguesia industrial e o capital internacional, na qual também se acomodam os setores agro-exportadores, se consolida politicamente com o Golpe de 1964, o qual muda substancialmente a correlação de forças contra a classe trabalhadora e as mobilizações em torno das reformas de base. A grande burguesia industrial²³ consegue então superar os entraves ligados à escassez de divisas e acessar tecnologia pela associação ao capital estrangeiro, ampliando a composição orgânica do capital e implementando uma estrutura monopolística nos setores chaves da economia; o setor agroexportador vê sua estrutura fundiária preservada; o imperialismo transfere máquinas e equipamentos tornados prematuramente obsoletos pelo acelerado progresso técnico nos países centrais, além de participar da superexploração do trabalhador e da abertura dos

²² A avaliação sobre a trajetória histórica correlação de forças no Brasil apóia-se, em grande parte, em SADER (2009) e GEBRIM (2005).

²³ Segundo KATZ (2009:12), *“(...) el acierto más perdurable de los primeros teóricos del subimperialismo fue captar la transformación de las viejas burguesías nacionales (promotoras del mercado interno), en burguesías locales (que priorizan la exportación y la asociación con empresas transnacionales).”*

mercados latino-americanos para exportação. A correlação de forças desfavorável aos trabalhadores e a aliança burguesa vigente nos anos 60 e 70 foram o sustentáculo da dinâmica subimperialista brasileira de então.

O quadro político brasileiro modifica-se substancialmente na década de 1980. Em meio ao ascenso do movimento de massas no Brasil tendo a luta pela redemocratização como bandeira unificadora inicial, a nova diretriz da política externa norte-americana de Reagan, voltada para a reconversão produtiva da América Latina, e o quadro recessivo da economia brasileira de então, resultaram no surgimento de novas frações na grande burguesia brasileira, com interesses distintos dos vigentes na aliança anterior. Segundo MARINI (1992:54), nesta década consolida-se três grandes frações de interesses. A primeira,

“mais nova, cuja existência só se observa nos países de maior desenvolvimento relativo, reúne os grupos econômicos vinculados às novas tecnologias – principalmente a micro-eletrônica, a informática, a química fina e a indústria farmacêutica, a indústria de telecomunicações, a indústria aeronáutica e aero-espacial (...) e que têm interesse não só na abertura da região ao exterior, mas também na sua reconversão interna (...) optam por uma reconversão econômica que facilite a negociação com os gigantes internacionais que detém o monopólio tecnológico e financeiro. Isso passa pela reforma do Estado; pela supressão do protecionismo; pela readequação jurídico-institucional – de modo a propiciar a vinculação tecnológica e financeira com o exterior – e pela modernização industrial em grande escala do parque industrial nacional, já que isto lhes proporciona o mercado natural para sua produção e lhes assegura uma base interna, sendo, portanto um trunfo na negociação com os grandes grupos internacionais” (MARINI, 1992:54/55)

Esta fração moderna choca-se com uma segunda, mais numerosa e forte politicamente, dos grupos criados ao longo do processo de industrialização - abarcando desde a indústria têxtil até a siderúrgica, mecânica e automobilística. Estes grupos

resistiriam à proposta de reconversão produtiva, mesmo que de maneira ambígua, pois se a ameaça da abertura comercial os pressiona à modernização, também solidarizava-se com eles na busca de atender minimamente seus interesses nas negociações com os centros internacionais (MARINI, 1992:55). A terceira fração liga-se às atividades mineiras e agropecuárias, intrinsecamente dependentes do mercado externo, quase sempre aliada da fração moderna, não interessada especificamente na reconversão produtiva, mas na abertura ao exterior e nas políticas de fomento às exportações (MARINI, 1992:56).

O processo de reconversão produtiva identificado por Marini trazia, portanto, uma nova configuração no bloco burguês dominante, onde a fração moderna que assume a condução política do desenvolvimento econômico brasileiro busca, antes de tudo, barganhar *novas formas de associação ao capital internacional no espaço econômico nacional*, abandonando a busca de mercados externos como norte e, portanto, inviabilizando sustentação de uma dinâmica subimperialista já prejudicada pela nova estratégia hegemônica imperialista e pela correlação de forças favorável à mobilização dos trabalhadores.

Apesar de Marini não ter analisado a década de 1990 sobre tal prisma, é possível verificar que o bloco dominante da burguesia passa a implementar o projeto de reconversão produtiva sob a direção ideológica do Consenso de Washington, simultaneamente a uma modificação na correlação de forças contra os movimentos populares e sindicais.

Nesta década, três novas diferenciações na burguesia ganham importância. A primeira é a fração que estabelece vínculos com o mercado financeiro internacional, tanto pelo acesso a empréstimos em dólar com custos mais baixos que os vigentes no Brasil, como pela oportunidade de investimentos no exterior na modalidade carteira e outros investimentos (Tabela 1). A segunda é uma fração da burguesia ligada aos serviços públicos antes desempenhados majoritariamente pelo Estado (BOITO, 2002), a exemplo da educação (escolas privadas), saúde (planos de saúde), previdência (fundos de pensão) e segurança (segurança privada). A terceira é um brutal aumento da presença do capital internacional na economia brasileira, expandindo-se agora para as atividades de serviço privatizadas.

Assim como na década de 1980, a composição do bloco dominante nos anos 90 não apresentou o interesse comum de conseguir mercados externos, dado o peso da acomodação do capital internacional no espaço econômico brasileiro e o avanço sobre os

serviços antes prestados pelo Estado, não implicando em uma dinâmica subimperialista apesar do retrocesso na luta dos trabalhadores.

A década de 2000 presencia não só um reforço da correlação de forças adversa ao movimento popular e sindical, com a fragmentação das iniciativas da esquerda, mas principalmente a consolidação da fração burguesa que exporta capitais na forma de investimentos diretos (US\$ 70 bi, conforme Tabela 1), com expressão concreta na expansão de nossas multinacionais, superando os volumes de investimentos no mercado financeiro internacional (US\$ 3 bi) e de Outros Investimentos (US\$ 61 bi).

A nova fração burguesa com investimentos no exterior recoloca o acesso ao mercado internacional como eixo político, constatado não só por declarações de representantes governamentais²⁴, mas principalmente pelo surgimento de políticas públicas voltadas à internacionalização dos investimentos, a exemplo do i) uso do financiamento das exportações brasileiras – máquinas, equipamentos, ônibus, carnes, móveis, serviços e projetos de engenharia, etc. - pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como forma privilegiada de abertura de novos mercados para as multinacionais brasileiras (PELLEGRINO, 2009); ii) criação de uma linha de crédito específica do BNDES²⁵, em 2005, destinada à implantação de filiais no exterior; iii) regulamentação da atuação de Fundos de Investimentos brasileiros no exterior pela Instrução da Comissão de Valores Imobiliários nº. 450, de 30 de março de 2007, e iv) mais recentemente, a incorporação, dentre os objetivos da criação do Fundo Soberano do Brasil, do estímulo à internacionalização de empresas do Brasil.

Portanto, o bloco dominante conformado na década de 2000, composto pelas frações que passam a investir no exterior, com destaque para as multinacionais, em aliança com os setores agroexportadores e das finanças interessadas no capital internacional, unifica-se em torno do acesso aos mercados externos, subsidiando novamente uma dinâmica subimperialista no Brasil, valendo-se ainda da correlação de forças desfavorável aos trabalhadores.

²⁴ “o presidente Lula incentivou as empresas brasileiras a perderem o medo de se tornarem multinacionais. De acordo com o ministro do Desenvolvimento (...) a meta do governo é chegar ao fim do mandato com pelo menos 10 empresas transnacionais brasileiras em operação” (Valor Econômico, 9/12/2004).

²⁵ <http://www.bndes.gov.br/exportacao/internacionalizacao.asp>. “O BNDES auxiliará a internacionalização das empresas para que elas tenham mais competitividade no cenário globalizado (...) Será um instrumento para apoiar a política de expansão das empresas brasileiras no exterior” (Jornal do Brasil, 14/05/08).

Acumulação e composição orgânica no capitalismo brasileiro

A análise de Marini sobre a reprodução do capital nas economias subimperialistas envolve uma interpretação tanto de questões ligadas à mais-valia e à superexploração do trabalho²⁶, gerais ao capitalismo dependente, como das questões ligadas à composição orgânica do capital, particular à dinâmica subimperialista. Dado o escopo do trabalho, nos ateremos a esta última e sua relação com a busca de mercados externos.

A formulação original de MARINI (1974) sobre a dinâmica subimperialista brasileira captava a DIT do imediato Pós II Guerra Mundial, a qual estabelecia uma hierarquia entre países e relegava a alguns a possibilidade de produção de bens de consumo duráveis, amparada na exportação de capitais do centro imperialista sob a forma de plantas de multinacionais ou de máquinas e equipamentos obsoletos para o estágio de acumulação dos países centrais, mas considerados de ponta em nossa economia.

No caso brasileiro, tal exportação de capitais mostrava-se uma saída plausível para as restrições de divisas que ameaçavam o avanço da industrialização pesada, proporcionando aos setores de bens intermediários e de capital o acesso a tecnologias que possibilitaram não só a aceleração da acumulação de capital, mas a elevação da composição orgânica e a organização monopolística nos setores chaves da indústria brasileira. Isto gerava um aumento nas escalas de produção e um aumento na massa de valor (capital constante e variável) envolvida na reprodução do capital, trazendo ao primeiro plano o problema da reduzida possibilidade de realização no limitado mercado interno brasileiro, cuja solução à época foi o rápido crescimento das exportações brasileiras, sobretudo de manufaturas, para a América Latina e África²⁷ nas décadas de 1960 e 1970.

A constatação da composição orgânica do capital²⁸ impulsionando a dinâmica subimperialista ocorre tanto na participação do Produto Industrial no PIB (Gráfico 1) dos

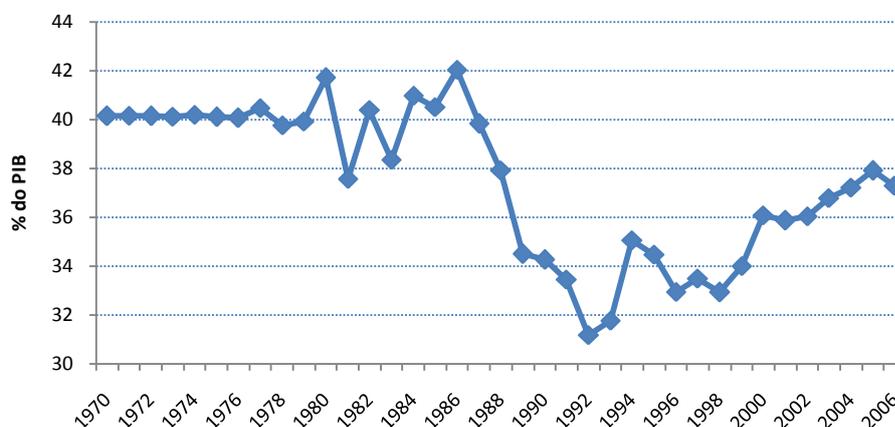
²⁶ A superexploração do trabalho hoje é tratada em vários ensaios em MARTINS e VALÊNCIA (2009).

²⁷ Segundo UNCTAD (2008), a África e a América Latina respondiam por 0,99% e 8,72% das exportações brasileiras na década de 1950, passando para 1,34% e 9,05% nos anos 60, e 3,88% e 12,68% nos anos 70.

²⁸ Uma abordagem alternativa seria acompanhar a trajetória de indicadores que aproximassem o comportamento do capital constante e variável na economia brasileira. No primeiro, a taxa de formação bruta de capital e a produtividade do trabalho dariam uma aproximação quanto às modalidades fixa e circulante do capital constante.

anos 70, em torno dos 40%, e como nas elevadas taxas de crescimento e investimento no mesmo período (respectivamente 8,8% e 10,1%, conforme Tabela 1).

Gráfico 1 - Participação do Produto Industrial no PIB



Fonte: UNCTAD (2008)

A década subsequente presencia uma forte queda no ritmo de crescimento do capitalismo brasileiro com a Crise da Dívida Externa, em meio a uma nova estratégia imperialista para a América Latina. Esta mudança de conjuntura afeta a composição orgânica do capital na economia brasileira, como nos mostra a brusca queda da participação da Indústria no PIB (Gráfico 1), e das taxas de crescimento e investimento (Tabela 1). Com isso, o impulso para as exportações vindo da relação *lento crescimento do mercado interno / forte ritmo de acumulação dos setores de composição orgânica elevada* perde força para a necessidade de divisas visando o pagamento do serviço da dívida externa, e para a proteção contra a *diminuição* da demanda doméstica²⁹ no contexto recessivo, conferindo um novo caráter aos problemas de realização que não incentivavam uma dinâmica subimperialista.

Já a década de 1990 é marcada pela presença de processos contraditórios em relação à dinâmica subimperialista. Em que pese uma diminuição no já baixíssimo ritmo de crescimento da década anterior (Tabela 1), e a estabilização da participação da Indústria no PIB (Gráfico 1) e da taxa de investimento (Tabela 1) a níveis muito baixos, mantendo o caráter dos problemas de realização presentes na década de 1980, o período

²⁹ “A trajetória de baixo crescimento durante o primeiro lustro daquela década fez que as grandes empresas aumentassem sua inserção no comércio internacional (...) durante esse período, os principais grupos econômicos nacionais não adotaram uma estratégia de reestruturação com viés nitidamente exportador. Ao contrário, foram estratégias que combinavam preservação do patrimônio por meio de gestão financeira e ampliação do *market share* doméstico” (MIRANDA, 2001:13).

gestou dois processos que começavam a recolocar elementos para uma nova dinâmica subimperialista.

Primeiro, a economia brasileira reforça os laços com o imperialismo após a “desconexão forçada” da Crise da Dívida. As reformas estruturais, com destaque para a liberalização financeira, permitiram não só a entrada de um grande montante de fluxos internacionais de capitais (o IDE aumentou 4,8 vezes em relação ao da década anterior, enquanto o de carteira 69 vezes, conforme a Tabela 1), mas também a exportação de capitais brasileiros (destaque para as modalidades Direta e Carteira na Tabela 1).

Segundo, presenciamos um intenso processo de centralização de capitais³⁰, iniciando um novo aumento da composição orgânica do capital em determinados setores monopolistas da indústria brasileira, a ponto de alçar algumas empresas brasileiras à condição de líderes mundiais em seus ramos e desencadear investimentos no exterior para disputar mercados.

A década de 2000 presencia uma nova elevação da composição orgânica na economia, com o aumento das taxas de crescimento e de investimento (Tabela 1), bem como da participação do produto industrial no PIB (Gráfico 1), recolocando novamente a busca de mercados externos, mas de forma inusitada, via exportação de capitais, com destaque para a modalidade de IBD (Tabela 1) que acumula entre 2000 e 2008 mais de sete vezes o montante observado em toda a década de 1990. Uma das principais formas concreta dessa exportação de capitais é a expansão das multinacionais brasileiras, sobretudo para a América do Sul, conforme a Tabela 4, que traz informações de uma amostra de 11 dessas empresas.

³⁰ Segundo MIRANDA (2001:23), “o traço distintivo fundamental do investimento no Brasil na década de 1990 foi o progressivo aumento das transações de fusões e aquisições de empresas, (...) foram realizadas no Brasil, entre 1991 e 1999, 1 149 transações de aquisições de empresas, das quais 565 têm seus valores divulgados, equivalendo a US\$ 117 bilhões. Observando-se a distribuição setorial dessas transações, os setores com maior incidência de aquisições foram o financeiro (210), o de alimentos, bebidas e fumo (88), a siderurgia e metalurgia (85), a indústria de autopeças (82) e a petroquímica (66). Se tomarem-se os dados disponíveis de valor das aquisições realizadas, ganham importância os setores de energia elétrica (US\$ 34,3 bilhões) e de telecomunicações (US\$ 26,4 bilhões). Seguem-se as aquisições de bancos múltiplos, comerciais, de investimentos e seguradoras (US\$ 14,5 bilhões), dos setores de siderurgia e metalurgia (US\$6,8 bilhões), alimentação, bebidas e fumo (US\$ 4,2 bilhões), extração de minérios (US\$ 4,1 bilhões) e petroquímica (US\$ 4,1 bilhões)”.

Tabela 4 - Multinacionais Brasileiras

Companhia	AE/AT (a)	VE/VT (b)	Setor	Onde atua				
				AL	AN	EU	AP	OT
Gerdau	0,38	0,61	Ferro e Aço	X	X	X	-	-
Construtora Norberto Odebrech	0,1	0,75	Construção Civil	X	X	X	X	X
Companhia Vale do Rio Doce	0,02	0,77	Mineração	X	X	X	X	X
Petrobrás	0,07	0,10	Petróleo e Energia	X	X	X	X	X
Marcopolo	0,46	0,55	Carrocerias de Ônibus	X	-	X	X	X
Sabó	0,28	0,57	Autopeças	X	X	X	-	-
Construtora Andrade Gutierrez	0,2	0,38	Construção Civil	X	-	X	X	X
WEG	0,24	0,56	Equipamentos Elétricos	X	-	X	X	-
Embraer	0,01	0,92	Aviões	-	X	X	X	-
Tigre	0,13	0,18	Tubos plásticos e conexões	X	-	-	-	X
Votorantim Cimentos	0,45	0,29	Cimento	-	X	-	-	-
Média das relações AE/AT e VE/VT								
Setor				AE/AT		VE/VT		
Intensivo em Recursos Naturais (Vale, Gerdau e Petrobrás)				0,230		0,443		
Construção Civil (Odebrecht e Andrade Gutierrez)				0,150		0,565		
Manufaturas intensivas em engenharia (Marcopolo, Sabó, WEG, Embraer e Tigre)				0,224		0,556		
Total da amostra				0,213		0,516		
Memo								
16 maiores multinacionais do mundo				0,635		0,565		
16 maiores multinacionais dos países em desenvolvimento				0,435		0,511		

Fonte: Elaboração própria a partir de UNCTAD (2007), Tabela 3 e OECD (2008:18), considerando apenas as empresas que possuam ativos produtivos fora do Brasil e IGLESIAS (2007:22). ; a) Ativos produtivos permanentes fora do Brasil (AE) / Ativo total da Companhia (AT); b) Vendas no Exterior (VE) / Vendas Totais (VT); AL= América Latina e Caribe; AN = América do Norte; AP = Ásia e Pacífico; EU = Europa; OT = Outros

Percebe-se que os traços gerais da internacionalização da burguesia brasileira via multinacionais são i) a concentração setorial em recursos naturais (Gerdau, Vale, Petrobrás, Votorantim), engenharia / construção civil (Odebrecht, Andrade Gutierrez) e manufaturas intensivas em engenharia (Marcopolo, Sabó, Embraer, WEG e Tigre); ii) uma concentração geográfica na América Latina e Europa (9 entre 11 empresas da

amostra atuam nestas regiões, sugerindo que atingiram uma composição orgânica de capital que permite concorrer em qualquer mercado do mundo); iii) uma proporção de ativos no exterior ainda pequena quando comparada com a média tanto das maiores multinacionais mundiais, como das maiores dos países emergentes, o que sugere a possibilidade de margens para um grande aumento no grau de internacionalização; e iv) uma proporção de vendas no exterior que converge com a apresentada pela média das maiores multinacionais.

A internacionalização produtiva (e não apenas comercial) pela exportação de capitais volta a responder, em última instância³¹, a restrição do mercado interno. Enquanto a análise de Marini apontava a restrição no âmbito do consumo, as transnacionais brasileiras respondem a uma restrição no âmbito do investimento, pois a escala de produção e a concentração de capital em seus ramos torna o mercado brasileiro insuficiente para a ampliação de investimentos nos mesmos setores.

Ou seja, todos os fatores ligados ao nível de composição orgânica do capital na economia brasileira que impulsionam a dinâmica subimperialista novamente se apresentam nos anos 2000, agora sob a égide da exportação de capital na forma das multinacionais.

6. Considerações finais: afirmação do subimperialismo e perspectivas

O reforço da influência brasileira regional e internacional apoiada na exportação de capitais, na expansão de suas multinacionais, e em uma política externa de maior projeção com reforço da indústria bélica nacional parecem responder plenamente à formulação do subimperialismo referenciada na obra de Ruy Mauro Marini. Presenciamos na década de 2000 a conjugação e o entrelaçamento entre a atual estratégia imperialista estadunidense de ataques preventivos em uma América Latina com processos de contestação imperialista em andamento, uma elevação da composição orgânica do capital na economia brasileira, especialmente nos setores que passam a investir no exterior, além de uma conjuntura política desfavorável à classe trabalhadora e que consolida no bloco dominante a hegemonia das frações ligadas ao mercado externo.

³¹ As especificidades econômicas (técnicas de produção, padrão de concorrência internacional, previsão de crescimento da economia brasileira etc.) de cada ramo ou setor produtivo jogam também papel importante nas decisões de internacionalização.

A pertinência de atribuímos um caráter subimperialista ao Brasil contemporâneo traz implicações teóricas e políticas relevantes.

Primeiro, reforça não só a necessidade do resgate crítico da obra de Marini, mas da continuidade em seus esforços de interpretação do capitalismo dependente, à exemplo do estudo da trajetória recente da América Latina e particularmente do Brasil sob a ótica dos esquemas de reprodução de Marx, além da discussão sobre a vigência e possíveis novas características na geração de mais-valia ancorada na superexploração do trabalho.

Segundo, no plano regional, abre-se a questão do caráter e das perspectivas de continuidade e aprofundamento das iniciativas de cooperação e integração regional com a participação de um Brasil subimperialista. Além disso, os processos de contestação imperialistas na América Latina ganham um empecilho de peso para seu aprofundamento diante do subimperialismo brasileiro contra-revolucionário, reforçando a visão de Marini e de outros marxistas, como José Carlos Mariátegui, do caráter necessariamente continental que as revoluções socialistas na América Latina devem assumir.

Terceiro, a interpretação subimperialista esclarece alguns traços importantes na origem da desfavorável conjuntura para os trabalhadores na luta de classes brasileira, trazendo à luz não apenas algumas novas características da burguesia local, como a internacionalização produtiva, mas o papel ativo do Estado e do governo brasileiro na cristalização da dinâmica subimperialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAMBIRRA, Vânia. *Teoria de la Dependencia: una anticritica*. Mexico: Era, 1983.
- BAVA, Silvio. *O PAC das Forças Armadas*. Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 3, número 25, agosto de 2009.
- BOITO, Armando. *Neoliberalismo e relações de classe no Brasil*. IN: BOITO, Armando (organizador). Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil. Revista IDÉIAS, nº 9, 2002.
- BORGES, Fábio. *A crise Brasil e Bolívia em 2006: sub-imperialismo brasileiro?* Paper apresentado no Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, junho de 2009.
- CARDOSO, Fernando. *Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?* In: Estudos CEBRAP, 1970.
- _____. *Notas sobre o estado atual dos estudos de dependência*. In: SERRA, José. (Org.) América Latina Ensaios de econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo. *Garantir a soberania e os recursos naturais*. Le Monde Diplomatique Brasil, Ano 3, número 25, agosto de 2009.

CHILCOTE, Ronald. *Teorias reformistas e revolucionárias de desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Revista de Economia Política, Vol. 3, nº 3, Jul-Set – 1983.

DECAT, Erich. *Plano de Defesa: Soberania Nacional*. In: DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO. Brasília, IPEA, Ano 6, nº 47, fevereiro de 2009.

DOMINGUES, Sérgio. *O Subimperialismo Brasileiro na América Latina*. In: História & Luta de Classes, nº 6, 2008.

DOS SANTOS, Theotônio. *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*, Ed. Civilização Brasileira, 2000.

FOSTER, John. *El redescubrimiento del imperialismo*. In: La teoría marxista hoy. Problemas y perspectivas. BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs). Buenos Aires: CLACSO, 2006.

GEBRIM, Ricardo. *Sobre o Instrumento Político*. 2005. Disponível em <http://www.consultapopular.org.br/sobre/documentos/sobre-o-instrumento-14jan05.pdf>

GONZALEZ, Gustavo. *Pressão pela força*. Le Monde Diplomatique Brasil, fevereiro de 2009.

GONZALO, Chávez. *Inversiones brasileñas en Bolivia*. Relatório Final, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX, Julho de 2008.

GÓMEZI, Angela. *Las inversiones brasileiras en Colombia*. Relatório Final, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX, Julho de 2008.

IGLESIAS, Roberto. *Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul: investimentos diretos no exterior* – Brasília: Confederação Nacional da Indústria - CNI, 2007.

JORNAL DO BRASIL. Mantega explica que projeto enxugará dólares do mercado e apoiará empresas no exterior, 14/5/2008.

KATZ, Claudio. *América Latina frente a la crisis global*. 2009. <http://www.lahaine.org/katz/>

LANDÍVAR, Fernando. *Inversiones brasileñas en Ecuador*. Relatório final, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX, Julho de 2008.

LENIN, Vladimir Ilich. *Imperialismo, fase superior do capitalismo* In: *Obras Escolhidas vol. I*. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante!, 1977.

LUCE, Seibel. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2008.

MULLER, Ana. *Empresas transnacionales brasileñas: doble frente de lucha*. In: Revista Pueblos, nº 37. Madrid, Junio de 2009. www.revistapueblos.org

MIRANDA, José. *Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990*. Brasília, IPEA, Texto para Discussão nº 829, outubro de 2001.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarolo y Revolución*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

_____. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Tomado de Cuadernos Políticos nº 12, Ediciones Era, México, abril-junio, 1977a.

_____. *Estado y crisis en Brasil*. Tomado de Cuadernos Políticos, nº 13, México, D. F., Ediciones Era, julio-septiembre de 1977b.

_____. *América Latina: integração e dependência*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

_____. *Memórias*. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João (Orgs.) Ruy Mauro Marini, vida e obra. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

MARTINS, Carlos e VALENCIA, Adrián. *Introdução*. In: MARTINS, Carlos e VALENCIA, Adrián (orgs.) *A América Latina e os desafios da globalização Subtítulo: Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo, Boitempo, 2009.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. *Brazil: selected trade issues*. Paris. Trade Policy Working Paper nº 71, abril de 2008.

OSÓRIO, Jaime. *El marxismo latinoamericano y la dependencia*. In: OSÓRIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar Reproducción del capital y dependencia*. Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004.

PELLEGRINO, Sebastián. *La diplomacia del Real*. 2009. <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=78566&titular=la-diplomacia-del-real>

QUINTELA, Sandra. *Lula no Haiti: Sub-imperialismo brasileiro em ação*. Boletim Massa Critica nº 36, Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, junho de 2008.

REINOSO, Alan. *Inversiones brasileñas en América del Sur*. La perspectiva de los Países Andinos (Perú). Relatório Final, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX, Julho de 2008.

RIBEIRO, Fernando e LIMA, Raquel. *Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas*. Relatório Final, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX, Julho de 2008.

SADER, Emir. *Prefácio*. In: *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

_____. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SILVA, Maria e MELO, Beatriz. *Soja: a expansão dos negócios*. Le Monde Diplomatique Brasil, fevereiro de 2009.

TAUTZ, Carlos. *Da Alca à IIRSA*. Le Monde Diplomatique Brasil, fevereiro de 2009.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. *World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development*. New York and Geneva, United Nations, 2007.

_____. *Handbook of Statistics*. New York and Geneva, United Nations, 2008.

VALENCIA, Adrián. *La Vigencia del Pensamiento Marxista de Ruy Mauro Marini y la Teoría de la Dependencia*. In: *Revista Tareas nº 111*, Centro de Estudios Latinoamericanos "Justo Arosamena", Panamá, R. de Panamá, mayo-agosto de 2002

VALOR ECONÔMICO. *Investimento brasileiro no exterior é recorde*, 9/12/2004.

ZIBECHI, Raúl. *Subimperialismo.br*. 2008.

<http://www.voltairenet.org/article139097.html>